



1
2
3
4
5
6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7
8

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 58ª R.O. CERHI-RJ, em 27.08.2014

9 Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº
10 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13:30h, realizou-se a 15ª Reunião Extraordinária
11 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores
12 **membros das entidades titulares do biênio 2012-2014:** Luiz Firmino (SEA), Isaura Frega (Inea), Rosa
13 Formiga (Inea), Cátia Siqueira (DRM), Marcos Lacerda (Instituto Terrazul), Katia dos Santos V. Braga
14 (CCROM), João Gomes de Siqueira (UENF), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Ricardo Luís Senra (CBH
15 LSJ), Sidney Salgado (CBH BPSul), Alexandre Braga (CBH BG), Cláudia Barros (Águas de Niterói), Jaime T.
16 Azulay (Cedae), Jorge Vicente Peron (Firjan), Barbara Christina F. M. Pithon (Eletronuclear), José
17 Gomes B. Júnior (Light), Osvaldo de Freitas Borges (UTE-NF), Miguel Nelson Lasalvia (Fecomercio),
18 Zenilson do Amaral Coutinho (Asflucan); **ausências justificadas:** Mirela Garaventa (Ministério do Meio
19 Ambiente), Helga Restum Hissa (Seapec), Bruna Roque (Fiperj), Marcos Antônio de Sá Machado
20 (Prefeitura de São João da Barra), Luiz Fernando Saraiva (Prefeitura de Guapimirim), Hellen Bom
21 Pereira (Prefeitura de Bom Jardim), Gerson Cardoso (ABAS), Décio Tubbs (CBH Guandu); **membros das**
22 **entidades suplentes:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Fátima Casarin (SEA), Gláucia de Freitas
23 Sampaio (Inea), Livia Soalheiro (Inea), Carlos da Costa e Silva (PGE), Madalena Sofia Avila (Prefeitura de
24 Barra do Piraí), José Paulo Soares (UFRJ), Affonso Henrique de Albuquerque (CBH Macaé e das
25 Ostras); **ausências justificadas:** Carlos Alberto Muniz (Prefeitura de Armação de Búzios), Maria Inês P.
26 Ferreira (Prefeitura de Macaé), Jaime Bastos Neto (Instituto Ipanema), Juliana da Motta Bustamante
27 (ITPA), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Viviane Suzey G. de Melo (CBH R2R), Maria Aparecida B. P.
28 Vargas (Energisa), Leopoldo C. Erthal (Faerj), José do Amaral R. Gomes (Sindicato Rural de
29 Campos); **membros das entidades titulares do biênio 2014-2016:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos),
30 Luiz Firmino (SEA), Isaura Frega (INEA), Rosa Formiga (INEA), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE),
31 Micheline L. Marcon (FIPERJ), Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura de São João da Barra),
32 Daniela V. Vasconcelos (Prefeitura de Volta Redonda – Substituta), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de
33 São Fidélis), MarkusStephan W. Budzynkz (Apedema-RJ), Flávia Lanari Coelho (Apalma), Katia Vallado
34 (CCRON), Ediel Caldas (Rede Ecológica Greenbelt), Marcos S. Lacerda (Instituto Terrazul), José Paulo S.
35 de Azevedo (UFRJ), João Gomes de Siqueira (UENF), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs (CBH
36 Guandu), Ricardo Luís Senra (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Jaime T. Azulay (CEDAE),

37 Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil S/A), Jorge Vicente Peron (FIRJAN), José Gomes
38 B. Júnior (LIGHT), Renata A. Vilarinho (EDF-NF – Substituta), Miguel Lasalvia (Fecomercio), Zenilson do
39 Amaral Coutinho (ASFLUCAN); **ausências justificadas:** Gerson Cardoso (ABAS), Lucila Caselato (Instituto
40 Aço Brasil), Leopoldo C. Erthal (FAERJ); **membros das entidades suplentes:** Eloisa Elena Torres (SEA),
41 Gláucia Freitas Sampaio (INEA), Livia Soalheiro e Romano (INEA), Débora Tocci (DRM), Madalena S.
42 Avila (Prefeitura de Barra do Piraí), Vera de Fátima Martins (Acampar-RJ), Roberto M. de Oliveira
43 (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Affonso H. de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras),
44 Alexandre Carlos Braga (CBH BG), Sidney S. dos Santos (CBH BPSul), Keila Ferreira da Silva (Prolagos
45 Concessionária de Ser. Público de Água e Esgoto), Estela Aranha (Companhia Siderúrgica Nacional -
46 Substituta), Bárbara Christina F. M. Pithon (Eletronuclear), Joana N. Siqueira (APROMEPS); **ausências**
47 **justificadas:** Zacarias Albuquerque Oliveira (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), José Edmundo
48 Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana), Jaime Bastos Neto (Instituto Ipanema), David M. Miller
49 (AMAGG), Maurício F. de Oliveira (O nosso vale! A nossa vida!), Silas de Souza Almeida (Águas do
50 Paraíba S/A), Maria Aparecida B. P. Vargas (ENERGISA), José do Amaral R. Gomes Sindicato Rural de
51 Campos); **convidados:** Renata Vilarinho (UTE-NF), Moema Versiani (Inea/Digat), Aline Alvarenga
52 (Agevap), Sergio Bertoche (CBH Piabanha), Frederico Menezes Coelho (Cedae), Mário Flávio (CBH LSJ),
53 Sandra Faillace (Inea), Wallace Pavão (Inea), José Augusto Castro (COHIDRO), Índio da Costa (SEA) e
54 Wellington Lou (COHIDRO). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1) Posicionamento do Inea quanto à**
55 **proposta paulista de transposição frente à segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro; informes e**
56 **discussão sobre os movimentos de mobilização sobre a questão; 2) Palestra sobre Plano de Recursos**
57 **Hídricos do rio Paraíba do Sul; 3) Posse dos novos membros do CERHI-RJ, biênio 2014-2016.** Após
58 verificação de quórum, o Presidente do CERHI-RJ, Sr. Carlos da Costa e Silva Filho, deu início à reunião
59 às 14h25min, atendendo à solicitação do INEA de dispor deste momento para o lançamento da nova
60 Base Legal de Recursos Hídricos. A Sra. Isaura Frega fez o lançamento, destacando que foi uma
61 iniciativa da gestão passada e que é de extrema importância que todos se apropriem do material, e
62 que também estará disponível por meio digital. **1º item: Posicionamento do Inea quanto à proposta**
63 **paulista de transposição frente à segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro; informes e**
64 **discussão sobre os movimentos de mobilização sobre a questão.** A Sra. Rosa Formiga explicou que o
65 estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento pela imprensa nacional, no dia 19/03/2014, da
66 proposta paulista de transposição de águas da bacia do rio Paraíba do Sul. Ressaltou a importância de
67 uma discussão técnica e, por conta disso, o Inea aprovou uma nota técnica se posicionando em relação
68 à questão. Existem vários movimentos sociais acontecendo por iniciativa do Ceivap, dos CBHs, do
69 Fórum Fluminense e da SEA/INEA. Informou que a bacia do Paraíba do Sul tem extrema relevância
70 para o estado do Rio de Janeiro, pois abastece 75% de sua população, fora indústrias e agricultura.
71 Ainda há a projeção que essa porcentagem aumente no futuro, pois a bacia do Paraíba do Sul, em
72 particular a transposição para o Guandu, é o único manancial de abastecimento para a região

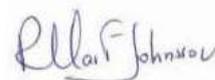
73 Metropolitana. No futuro, o abastecimento ficaria muito comprometido. O estado do RJ exige respeito
74 às regras operativas atuais. O estado de SP estudou e planejou as suas alternativas de abastecimento
75 durante os anos de 2008 a 2013 e, conforme apresentado no Serpasul, foram elencadas 10
76 alternativas/arranjos de abastecimento, sendo cada arranjo composto de pelo menos 3 captações
77 distintas. Dessas 10 alternativas, 5 incluem o rio Paraíba do Sul. Na hierarquização dessas alternativas,
78 a bacia do rio Paraíba do Sul não consta na opção considerada como a mais pontuada, ficando apenas
79 em 7º lugar. A posição do estado de São Paulo é que para a transposição proposta utilizaria águas
80 estaduais, logo podendo autorizar-se. A nota técnica do INEA/SEA mostra que não há a possibilidade
81 de abrir mão dessa garantia de água, e como a Agência Nacional das Águas (ANA) é a fiscalizadora,
82 chegou-se à conclusão de que o estado de São Paulo não poderia definir nada sozinho. A Sra. Vera
83 Lúcia falou que o presidente do Ceivap solicitou uma audiência à ANA, que foi realizada dia
84 01/04/2014, e contou com a presença de representantes dos estados de MG, SP e RJ (órgãos gestores
85 e CBHs). Todos se posicionaram, opinando que os estudos não foram suficientes. O estudo da Cobrape
86 indica o arranjo 1 como o melhor e o 5, que foi o escolhido por SP, como um dos piores. O arranjo 5 é
87 o mais rápido, mas é o que causaria maior impacto social e ambiental. O estudo só levou em
88 consideração o trecho até o funil, com média histórica e real. Falou que a posição do presidente do
89 Ceivape neutra, mas sugere que RJ vá discutir com SP já com uma proposta. O Sr. Décio Tubbs falou
90 que o presidente da ANA, por um lado garantiu as regras atuais, mas por outro deu a entender que
91 não vai impedir a decisão do estado de SP, apenas se receber uma ordem judicial para arbitragem. O
92 Sr. Sergio Bertoche falou que se o estado do RJ não estiver disposto a ceder 1m³/s, não tem como
93 participar da negociação. Se não houver uma ação, a transposição irá ocorrer, e o não posicionamento
94 da ANA favorece o estado de SP. O Sr. Roberto Machado comentou que o rio faz parte da bacia do
95 Paraíba do Sul, logo afeta os dois estados, sendo assim, SP não tem domínio total. A Sra. Vera Lúcia
96 comunicou que foi dito pelo representante do estado de SP que este é um estado legalista, onde
97 nunca agiria contra a lei, logo se está fazendo o projeto, é porque este é legal, mas que está disposto a
98 sentar para uma discussão. O estado do RJ tem que agir sob o olhar da questão técnica, onde se fazem
99 necessários estudos que comprovem que a retirada de 5 a 8 m³/s do reservatório não irá afetar o
100 sistema hidráulico. Se afetar, a única forma do estado de SP continuar com o projeto é redefinindo as
101 regras atuais. Se não afetar, o estado do RJ não poderá interferir. O Sr. Jorge Peron comentou que o
102 sistema de gestão de recursos hídricos está entrando em falência e que a ANA, que foi criada com o
103 objetivo de reduzir conflitos e garantir o cumprimento de regras, se esconde na primeira oportunidade
104 em que o sistema é colocado à prova. A Srta. Vera Lúcia informou que o Presidente do CEIVAP solicitou
105 uma reunião na ANA para que, juntamente com os comitês estaduais, possam discutir o problema. O
106 Sr. Carlos da Costa informou que a questão jurídica não foi submetida diretamente à PGE, que é
107 preciso fazer uma avaliação jurídica. Acredita que a melhor solução seria uma demanda no Supremo
108 Tribunal Federal, devido ao conflito federativo. O Sr. José Paulo comentou que é preciso ter uma

109 argumentação técnica, e que por conta da parte política, precisam reunir os vários órgãos a respeito
110 da questão e investir fortemente no resgate das ferramentas de apoio à tomada de decisão. Não é
111 certo dizer que o sistema faliu, precisamos avançar com os CBHs, pois é o que coloca o estado do RJ na
112 frente em termos de gestão. O Sr. Affonso Albuquerque comentou que o Fórum Fluminense enxerga
113 uma grande possibilidade de fortalecimento dos CBHs, mas não podem pensar que estes e o conselho
114 irão resolver a questão. O Fórum Fluminense aprovou algumas propostas, como: constituir um grupo
115 de trabalho INEA/CERHI-RJ/Fórum; movimento de mobilização de usuários e de poder público, que
116 seria uma espécie de capacitação, onde apresentariam os estudos do estado de SP para definirem as
117 bases técnicas e, então discutirem sobre o projeto; elaboração de material de divulgação com
118 esclarecimento da disponibilidade hídrica atual e futura com base no PERHI-RJ; campanha publicitária
119 para promoverem a recuperação do rio Paraíba do Sul. **2º item: Palestra sobre Plano de Recursos**
120 **Hídricos do rio Paraíba do Sul.** O Sr. Wellington Lou (COHIDRO) realizou a apresentação. Iniciou
121 falando que a bacia do Paraíba do Sul mostra que, do lado mineiro e nas cabeceiras, existe alta
122 pluviosidade, ou seja, existe maior produção de água do lado paulista e do lado mineiro, caso contrário
123 do estado do RJ, que a pluviosidade diminui na região da transposição. Foram definidas algumas
124 regiões em função das precipitações, que são regiões homogêneas onde irão utilizar equações que
125 transformam chuva em vazão. Essas regiões já foram definidas pela Companhia de Pesquisa em
126 Recursos Minerais (CPRM) em um recente estudo para diversas bacias no Brasil, inclusive no Paraíba
127 do Sul. Essas equações consideram a área de precipitação. Informou que foi construída a análise de
128 microbacias para descobrirem qual é a produção de água e suas demandas. Falou que a metodologia
129 do balanço é analisar as disponibilidades e as vazões remanescentes, e que atualmente, a descarga
130 mínima a jusante dos aproveitamentos hidrelétricos não respeita os limites da Res. ANA nº 211, pois
131 não atende aos 71m³/s em Santa Cecília. Mencionou que a curva de permanência do rio Paraíba do Sul
132 em Barra do Piraí, com a série histórica de 1982 à 1995, é Q₉₅=62,4m³/s. O Sr. José Paulo perguntou se
133 foi replicado aos paulistas para questionamento, e o Sr. Wellington Lou informou que há um erro
134 conceitual, pois consideram a base de vazões mensais. Então, o Sr. José Paulo sugeriu que o estado do
135 RJ faça um estudo do lado paulista, e o Sr. Wellington Lou informou que este estudo que está
136 apresentando considera as bacias carioca, mineira e, inclusive, a paulista. Explicou, ainda, que hoje já
137 existe um déficit de 8m³/s, então não poderiam tirar 5m³/s de onde já não existe água suficiente. O Sr.
138 João Gomes destacou que São João da Barra parou a captação várias vezes por índice de sal na água,
139 que toda tarde pode-se ver o curso do rio Paraíba do Sul correr ao contrário, e sua foz está se
140 deslocando. A região do BPSul não pode sofrer mais redução, pois possui secas extremas ao longo dos
141 anos. A Sra. Rachel Prado comentou que nesse momento todos os estudos são válidos na negociação,
142 e que também vê uma oportunidade de mostrar à sociedade como o estado do RJ pretende investir na
143 bacia nos próximos anos. O Sr. José Paulo propôs que o CERHI-RJ divulgue elementos visuais a partir
144 do estudo da COHIDRO. A Sra. Rosa Formiga ressaltou que precisam ter três frentes: técnica, política e

145 jurídica. Irão validar a questão de avaliação dos pontos jurídicos, e o aprofundamento técnico é
146 essencial. Na nota técnica do INEA ficou claro que a responsabilidade de avaliar os impactos das atuais
147 regras operativas é da ANA. Precisam tentar uma resposta através dos estudos, e ainda utilizar toda a
148 capacidade de mobilização política, com posicionamento de CBHs, municípios e governo estadual.
149 Após questionamento, o Sr. Welington Lou informou que é muito difícil aumentar a capacidade de
150 reservação do rio Paraíba do Sul. Explicou que a transposição não irá afetar negativamente apenas o
151 estado do RJ. Na região do BPSul, as intrusões salinas irão causar problemas na água, agricultura, etc, e
152 na região do Guandu, poderá afetar as indústrias. Após questionamento do Sr. Décio Tubbs, que
153 perguntou como que os malefícios poderiam ser demonstrados claramente, a Sra. Isaura Frega sugeriu
154 que criassem um *slogan* que mostrasse a oposição à transposição, de forma que deixe claro que todos
155 os setores do estado são contra o projeto. O Secretário de Estado Índio da Costa falou que a
156 neutralidade da ANA não deixa de ser um posicionamento contra o estado do RJ, e acha boa a ideia
157 das três frentes, onde para frente política precisam de uma estratégia de comunicação para mobilizar
158 o estado. Devem estar preparados, por isso todos devem se mobilizar. Sugeriu, para isso, fazerem uma
159 campanha com a linguagem bem clara, disseminando para todos, onde os municípios também
160 poderiam contribuir, mostrando o prejuízo que a transposição causaria ao estado do RJ. Disse que
161 consegue recursos para esta campanha. Para a frente técnica, os membros do CERHI-RJ, junto com SEA
162 e INEA devem dar continuidade no levantamento. Por último, precisam pensar na questão jurídica.
163 Partiria de uma proposta concreta com o estado de SP, argumentando que, se precisa ter 119m³/s e já
164 não há a segurança de ter esse limite durante o ano, propor a acumulação de água para enfrentar os
165 períodos de seca e questionar o tipo de estrutura que garantiria que o estado do RJ receba a água que
166 necessita. Como é provável que não atendam à demanda, a 3ª ação seria jurídica, com a arbitragem do
167 Supremo Tribunal Federal. Falou que se conseguirem uma proposta que garanta as necessidades do
168 Rio de Janeiro, entrarão melhor na discussão. **3º item: Posse dos novos membros do CERHI-RJ, biênio**
169 **2014-2016.** O presidente do CERHI-RJ, Sr. Carlos da Costa e Silva Filho, precisou se ausentar, então a
170 Sra. Rosa Formiga informou que a posse seria coletiva e instantânea e que, somente na próxima
171 reunião do CERHI-RJ o novo presidente irá distribuir os certificados, tendo em vista o adiantado da
172 hora. A Sra. Rosa Formiga pediu ao Sr. Índio da Costa que desse posse aos novos conselheiros, biênio
173 2014-2016, sendo formalizada através de uma foto com todos os novos membros. E nada mais
174 havendo a tratar, a Secretária Executiva do CERHI-RJ, Sra. Rosa Formiga, agradeceu a presença de
175 todos e declarou encerrada a 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
176 às 17:30h.



177 Carlos Costa e Silva Filho



Rosa Maria Formiga Johnsson

Presidente CERHI-RJ

Secretária Executiva CERHI-RJ

Nc./Apno./Gfs./Lsr. -19.08.2014

